



Propostas. Pedro Parente (Prada Administradora de Recursos), Gustavo Morelli (Macroplan) e Francisco Gaetani (Ministério do Meio Ambiente) participaram de painel sobre governança

Competitividade demanda gestão eficiente

Tarefa deve ser prioridade na agenda do próximo governo, com a participação do setor privado, para que o Brasil possa voltar a crescer

Francisco Carlos de Assis
Gabriela Vieira

Melhorar a competitividade do Brasil deveria ser prioridade do próximo governo. A discussão sobre o tema deixou há muito tempo de ser “se” e passou a ser “como”, acordaram na terça-feira especialistas que se reuniram no Grupo Estado durante evento da série Fóruns Estadão Brasil Competitivo - Os Caminhos para o Brasil 2022, patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Também foi unânime o discurso dos participantes em torno da necessidade de união do setor público (Executivo, Legislativo e Judiciário), setor privado e academia em torno do propósito único de se estabelecer uma boa governança para atingir a tão almejada competitividade dos fatores de produção brasileiros.

Ex-ministro-chefe da Casa Civil no governo de Fernando Henrique Cardoso e sócio executivo da Prada Administradora de Recursos, Pedro Parente ressaltou a capacidade de execução fiscal do governo como um dos principais desafios para

que o modelo de governança do País resulte em um avanço da competitividade. “É inevitável fazer a ligação entre governo e competitividade”, destacou o executivo. De acordo com Parente, é impossível para o Brasil ser mais competitivo sem que haja uma melhor atuação fiscal do poder público.

Presente ao evento na condição de ministro interino do Meio Ambiente, o secretário executivo do Ministério, Francisco Gaetani, disse que a discussão sobre competitividade no atual momento do País não é mais uma questão de escolha e sim um imperativo.

“É um debate que se assemelha à maré. Ou mergulhamos todos juntos e subimos juntos com a maré ou não seremos tão competitivos quanto precisamos”, alertou o secretário executivo do ministério.

Na visão dele, não basta o Brasil ser grande e importante do ponto de vista do tamanho. É preciso o País ser competitivo, justo e se integrar aos padrões que deem condições para a construção de futuro e melhoria das condições da população.

Gaetani disse ainda que to-

Falta clareza nas contas públicas, apontam analistas

● Ao resultar em políticas ineficientes, a má gestão dos recursos do governo diminui a competitividade do País e também provoca um impacto nas contas públicas, avaliam os especialistas. Além de ser um desperdício eco-

dos os países competitivos do mundo têm governos fortes. “Não são governos grandes. São governos participantes e que atuam no desenvolvimento do mercado, na criação das condições do desenvolvimento social e que, claramente, dão suporte ao setor privado”, disse o secretário, acrescentando que nos países competitivos há uma ação conjunta entre os setores público e privado.

Modelo. Carlos Alberto Pires, diretor da CNI, afirmou que o maior objetivo na construção de um novo modelo de governança para o Brasil precisa ser a

nômico por si só, a ineficiência fiscal prejudica a própria transparência econômica do Brasil. Nesta semana, por exemplo, o governo aumentou em cerca de R\$ 9,5 bilhões a entrada de recursos extraordinários nas suas contas para cumprir o superávit primário em 2014. Segundo o Ministério do Planejamento, ao menos R\$ 3,5 bilhões serão sacados do Fundo Soberano do Brasil.

“Toda vez que você faz uso de

receitas extraordinárias, isso pode ter o poder de ajeitar estatísticas, mas essas alternativas não mudam o tamanho do déficit corrente dos governos, além disso – e talvez pior do que isso – trazem uma falta de transparência e de clareza para o real número”, explica o ex-ministro Pedro Parente. Há dois meses a previsão de receitas extraordinárias do governo entre agosto e dezembro era de R\$ 27 bilhões. / g.v.

busca por maior competitividade para a economia brasileira, tanto no cenário doméstico quanto no cenário externo.

“Precisamos de um novo modelo de governança e sabemos que essa reforma demandará novas formas de cooperação entre as esferas do governo – Executivo, Legislativo e Judiciário –, mas estamos cientes de que o empresariado precisa participar desse processo”, afirmou o executivo numa clara convocação dos empresários para compor uma eventual força-tarefa para restabelecer a governança que levará à conquista da competitividade.

Lembrando que poucos dias separam o eleitor das urnas que elegerão o novo presidente da República, governadores de Estado e parlamentares, o diretor associado da Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão, Gustavo Morelli, defendeu que a criação de uma agenda da competitividade para o País deveria ser uma preocupação central do governo federal no próximo ano, seja qual for o candidato eleito.

“Para nenhum dos candidatos, o desafio da competitividade é opcional”, afirmou Morelli, emendando que um avanço social e econômico do País não

será possível sem que haja um aumento da competitividade.

Eficiência. Marcos Lisboa, diretor-vice-presidente do Inspere e ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda do governo Lula, foi taxativo ao afirmar que a competitividade é fundamental para a gestão pública e para a consolidação de um Estado eficiente.

Ao longo de sua palestra, Lisboa foi bastante crítico à falta de eficiência do Estado, especialmente no que diz respeito a regras e instrumentos para o acompanhamento da eficiência das políticas públicas.

Ele usou como exemplo de prática de um Estado ineficiente a falta de monitoramento dos resultados das políticas setoriais adotadas pelo governo depois da crise econômica global de 2008. A partir daquele ano, o governo brasileiro começou a adotar políticas de incentivos a alguns setores sem nunca fiscalizar os resultados e a sua eficácia.

“Todos os países praticam de políticas setoriais, mas a tradição de se avaliar a eficiência das políticas setoriais no Brasil não funciona”, criticou Lisboa.

DEBATE



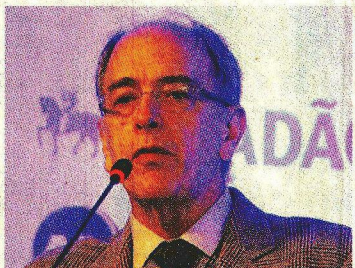
“O Brasil está muito longe do mundo e se comporta como uma ilha no Atlântico. O marco regulatório é nacionalista na forma de ver com desconfiança o mundo.”

Francisco Gaetani
SECRETÁRIO EXECUTIVO
DO MINISTÉRIO
DO MEIO AMBIENTE



“Nenhum governo será capaz de avançar a agenda de competitividade se não atuar decisivamente na sua governança. É fundamental ter capacidade para montar e ajustar a agenda.”

Gustavo Morelli
DIRETOR ASSOCIADO DA MACROPLAN
PROSPECTIVA, ESTRATÉGIA & GESTÃO



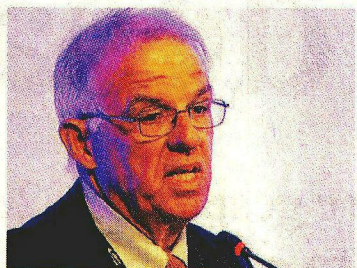
“A capacidade de execução fiscal do governo é um dos principais desafios para que o modelo de governança do País resulte em um avanço da competitividade. É inevitável a ligação entre governo e competitividade.”

Pedro Parente
SÓCIO EXECUTIVO DA PRADA
ADMINISTRADORA DE RECURSOS



“Todos os países praticam políticas setoriais. A questão é saber a escala dessas políticas, acompanhar sua eficiência e resultados. Para que um Estado funcione bem é haver preciso regras.”

Marcos Lisboa
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
DO INSPER



“A má gestão fiscal afeta empresas e população. Não basta usar a melhor tecnologia e repetir processos ineficientes. É importante ter no Estado uma visão de política regulatória.”

José Augusto Fernandes
DIRETOR DE POLÍTICAS
E ESTRATÉGIA DA CNI



“O mundo reduziu a administração direta. Já no Brasil, existe o aumento das estruturas. Nem tudo está na lei e o governo tenta buscar caminhos para enfrentar a rigidez das regras.”

Regina Pacheco
COORDENADORA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM GESTÃO E
POLÍTICAS PÚBLICAS DA FGV